

Acesso à informação sobre o aborto legal ainda é limitado no Brasil

Campanha “Legal e Seguro” aponta que em 2014, quase 5% das mortes maternas tiveram como causa o aborto no país

[\(Brasil de Fato, 26/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O debate sobre a descriminalização do aborto se torna cada vez mais frequente na América Latina, ainda mais após as últimas mobilizações na Argentina. No Brasil, o tema ainda encontra barreiras para avançar no Congresso Nacional. Nos últimos 78 anos, a legislação conseguiu garantir o direito de interrupção da gravidez em três casos: risco de morte para a mãe, anencefalia (ausência de cérebro no feto) e estupro.

Apesar do aborto legal ser um direito das mulheres, ele é pouco divulgado e esbarra em preconceito, falta de informação e até maus tratos de profissionais da saúde que atendem as pacientes. E foi pensando em visibilizar este direito da mulher que as organizações Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e IPAS – Saúde, Acesso e Direitos lançaram no final de junho a campanha “Legal e Seguro”.

Adriana Mota é socióloga e coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras no Rio de Janeiro (AMB). Ela explica que são poucos os serviços especializados em aborto legal no Brasil. Segundo Mota, a gravidade do quadro do estado do Rio acentua ainda mais a necessidade de se garantir que a política pública de saúde esteja ao alcance das mulheres.

“No estado do Rio de Janeiro, a gente só tem duas unidades de saúde entre os 92 municípios, que no ano passado fizeram mais do que cinco abortos legais. Isso significa que no Rio, uma cidade que tem uma média de 13 estupros por dia registrados na Polícia Civil, muitas mulheres estão passando pelo terror de depois de serem estupradas, se verem grávidas e não estão

conseguindo acessar o sistema de saúde”, afirma.

A campanha “Legal e Seguro” aponta que em 2014, quase 5% das mortes maternas tiveram como causa o aborto no Brasil. Mulheres negras são as maiores vítimas de óbitos. De acordo com a campanha, isso se explica porque elas são levadas a buscar ajuda em situação limite, seja por medo de serem maltratadas, ou por não saber aonde ir, por não poder faltar trabalho, ou falta de acesso à informação qualificada.

Lucia Xavier é coordenadora da ONG Criola. De acordo com ela, o racismo institucional, ou seja, a prática racista que ocorre em instituições públicas e privadas, agrava a situação de morte das mulheres negras em procedimentos de aborto.

“O racismo vai operando nesses processos a ponto dessas mulheres não terem a condição de tomar todas as decisões a seu respeito. Elas são obrigadas a métodos mais conservadores, não são oferecidas escolhas de métodos que elas mesmas possam ter o controle. A elas é dito que o número de filhos que elas têm é um problema e por isso elas precisam ter controle dessa natalidade. Ao mesmo tempo, quando elas surgem grávidas numa unidade de saúde ou mesmo em situação de abortamento, elas são rechaçadas, maltratadas e julgadas. Tudo isso faz parte desta experiência racista que está balizando esta representação da mulher negra”, ressalta Xavier.

A campanha “Legal e Seguro” é uma tentativa de ampliar o debate sobre o aborto e assegurar que o direito da mulher seja cumprido nos casos permitidos pela legislação. Todo o conteúdo em áudio e vídeo está sendo divulgado pela página do [Cfemea no Facebook](#), [Twitter](#) e também no [SoundCloud](#).

Jaqueline Deister; Edição: Mariana Pitasse

Rejeitada criação de serviço telefônico para orientação sobre aborto e contracepção

A Comissão de Seguridade Social e Família rejeitou nesta quarta-feira (22) o Projeto de Lei 1618/11, do deputado Roberto Britto (PP-BA), que criava um serviço telefônico para oferecer informações sobre métodos contraceptivos e aborto.

[\(Câmara Notícias, 24/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A matéria será arquivada por tramitar em caráter conclusivo e ter sido rejeitada na única comissão de mérito que a analisou, a menos que haja recurso aprovado para que seja votada pelo Plenário.

“Acolher a presente proposição poderia soar para a sociedade que esse Parlamento insiste em criar um ‘Disque Aborto’, o que geraria um grande mal-estar devido a toda polêmica que o tema desperta no Brasil”, afirmou o relator, deputado Diego Garcia (PHS-PR), ao sugerir a rejeição da proposta.

De acordo com o projeto, as informações seriam prestadas por psicólogos da equipe do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de um número telefônico disponível para todo o País.

Os atendimentos realizados deveriam ser gravados, resguardado o sigilo dos usuários, para compilação de dados.

Na opinião de Garcia, no entanto, não cabe ao Legislativo determinar que o SUS implemente um serviço com as características propostas, “que implica disponibilizar pessoal, montar um sistema de atendimento, gravação e análise de dados”.

O parlamentar lembrou ainda que o Ministério da Saúde já disponibiliza o número 136, gratuito, de âmbito nacional, para atendimento eletrônico a várias questões, inclusive sobre saúde da mulher e do homem.

O relator criticou também a orientação contraceptiva por telefone. “Não há como viabilizar a indicação de método contraceptivo por telefone. Esse procedimento atentaria inclusive contra os códigos de ética dos profissionais envolvidos.”

Natalia Doerderlein; Edição - Rosalva Nunes

Aborto e estupro: quais informações as mulheres (realmente) precisam?, por Debora Diniz

É fantasia perversa de quem nunca conheceu uma mulher vítima de violência sexual imaginá-la chegando ao hospital e mentindo

[\(CartaCapital, 26/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Um projeto de lei foi apresentado à Câmara Legislativa do Distrito Federal para informar as mulheres vítimas de estupro sobre os riscos do aborto.

A proposta é mesmo importante, a começar pelo fato de que o risco de aborto, se realizado em condições seguras, é próxima de zero. Mais seguro que um parto.

Essa é uma informação chave para as mulheres vítimas de violência tomarem suas decisões seguras.

Uma mulher [vítima de um estupro](#) está em intenso sofrimento pela brutalidade da violência, muitas vezes ocorrida na casa ou na família. Assim quanto mais informações as mulheres tiverem disponíveis nas escolas ou nos hospitais, tanto melhor.

O aborto por estupro é [autorizado](#) pelo Código Penal de 1940, e regulamentações recentes determinam que basta a palavra da mulher para que se tenha acesso ao aborto.

O que significa palavra da mulher?

Que não é preciso comitê de ética hospitalar, polícia, boletim de ocorrência ou IML para atestar se houve ou não um estupro.

Repito: basta a [palavra](#) da mulher - por que ela haveria de mentir sobre algo tão triste e torturante quanto um estupro?

As mulheres falam a verdade quando chegam a um hospital e se apresentam como vítimas de um estupro. Há duas razões para acreditar na palavra das mulheres e ambas simples de serem entendidas.

Os métodos clandestinos para o aborto estão disponíveis para as mulheres em todos os cantos do país - [todas sabem](#) como fazer aborto usando medicamentos.

Assim, por que uma mulher se exporia a pessoas desconhecidas e inquirições sobre algo tão íntimo se não estivesse desamparada em busca de ajuda? Simples, porque fala a verdade.

É fantasia perversa de quem nunca conheceu uma mulher vítima de estupro imaginá-la chegando ao hospital e mentindo sobre uma cena de violência.

Essa simplesmente não é a realidade dos serviços. Uma mulher não chega a um hospital, recebe os medicamentos e se vai; é atendida por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos.

Uma equipe ampla de pessoas que acolhe, escuta e cuida de seu sofrimento. E acima de tudo respeita suas escolhas e convicções mais íntimas - muitas delas provocadas pela cena inesperada de um estupro.

O projeto de lei do Distrito Federal parece ter outras ambições ao propor a obrigatoriedade de a mulher visualizar o feto antes do procedimento médico.

A intenção, diz a idealizadora do projeto, seria informar. Se for mesmo esta a

intenção, não é preciso nova lei para o que já é prática nos serviços - ao realizar a ultrassonografia é dada a mulher a opção de visualizar a tela de imagem ou não.

Ou seja, não há novidade no projeto de lei. Mas como a motivação pode ser bem-vinda, minha sugestão seria no pacote de informações médicas dizer a todas as mulheres que o procedimento do aborto é mais seguro que um parto.

Debora Diniz é pesquisadora na Anis - Instituto de Bioética e integrante da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas, do Ministério da Saúde. É autora de 'Zika - Do Sertão Nordestino à Ameaça Global' (Civilização Brasileira)

França aprova lei que proíbe sites com informações falsas sobre aborto

Sites poderão ser multados em 30 mil euros (mais de R\$ 97 mil) e os donos pegarem pena de até dois anos de prisão.

[\(G1, 16/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Os deputados franceses aprovaram nesta quinta-feira (16) de forma definitiva a lei que proíbe a existência de páginas de internet que oferecem informações falsas sobre o aborto, uma determinação muito criticada pela oposição conservadora, pelos movimentos pró-vida e pela Igreja Católica.

A nova lei estende o crime de obstrução ao aborto às páginas que publicam informações parciais ou errôneas sobre o ato. Elas poderão ser multadas em 30 mil euros (mais de R\$ 97 mil) e os donos pegarem pena de até dois anos

de prisão.

Na mira dos socialistas, que promovem a lei, está uma série de sites pertencentes a associações contrárias ao aborto e que, fingindo oferecer informações verdadeiras, tentam, na realidade, convencer a pessoa a não praticá-lo.

A ministra da Família e do Direito das Mulheres, Laurence Rossignol, acusou os portais de oferecerem “informações falsas” para conduzir às mulheres a “uma espécie de túnel que as leva a duvidar de sua decisão”.

O site mais conhecido desse tipo, o “ivg.net”, garante em sua página principal que o aborto “envolve riscos médicos e psicológicos”, e reúne depoimento de mulheres contrárias a essa prática. Outros sites dizem que gera risco de morte para a mãe e mostram imagens de fetos.

Para a oposição conservadora do país e para os grupos contrários ao aborto, o projeto legislativo representa um impedimento à liberdade de expressão, já que diminuem a margem de manobra que pretende atrair mulheres para soluções alternativas.

A Igreja Católica, através da Conferência Episcopal, também se opôs à lei que, em sua opinião, constitui “um precedente grave de limitação da liberdade de expressão na internet” e “um atentado muito grave aos princípios democráticos”.

Desde a chegada dos socialistas ao poder, em 2012, foram várias as reformas nesse tema, a primeira para eliminar a noção de “angústia”, que era necessária para que uma mulher pudesse escolher pelo aborto em determinados casos.

Posteriormente, foi suprimido o período obrigatório de reflexão que elas precisavam passar entre o momento em que entravam com o pedido e a intervenção propriamente dita, o reembolso por parte da Seguridade Social da totalidade das despesas derivadas do aborto passou a ser assegurado.

Informação e união: as armas das mulheres contra a violência no parto

(A Cidade, 23/08/2015) Para professor, empoderar futuras mães é o primeiro passo para mudar o cenário de sofrimento

Ana Carolina Franzon decidiu estudar a violência no parto quando teve sua primeira filha. Precisou trocar de médico durante o pré-natal e travar uma briga para que a bebê nascesse de parto natural.



A jornalista Ana Carolina Franzon estuda violência no parto (Foto: Mastrangelo Reino/A Cidade)

Hoje, é doutoranda em saúde na comunidade, já teve um blog sobre parto e produziu um documentário premiado entre os movimentos do feminismo.

“A gente não é contra a cesárea. Mas a escolha é da mulher.”

[ASSISTA AO VÍDEO DA REPORTAGEM](#)

Quando descobriu que o parto poderia ser diferente, Cíntia Edgard já estava com a família completa. “Me roubaram momentos que poderiam ter sido diferentes”. Decidiu, então, brigar pelo futuro. “Eu quero que a minha filha não precise lutar para ter um parto respeitoso”.

Leia mais: [Cíntia pariu com as pernas abertas para um corredor \(A Cidade, 23/08/2015\)](#)

Começou lendo, compartilhando informações pela internet, mas quis ir além.

Há poucas semanas, se formou doula (mulheres que auxiliam no parto). Fernanda Ribeiro está fazendo curso, para seguir pelo mesmo caminho.

“Sair com vida do parto é o padrão. Porque o parto não pode ser uma experiência incrível?”, nas palavras de Cíntia. Participou de seu primeiro nascimento há uma semana. O bebê nasceu em hospital, mas a gestante não foi tratada como doente. Parto natural, com respeito. “Estar ao lado dela foi redentor”.

Cíntia, Fernanda e Ana Carolina são parte de um grupo crescente de mulheres informadas, engajadas e em luta. O primeiro passo para a mudança. “Eu tenho esperanças de melhoras porque as mulheres tem dado essa esperança pra gente. A organização das mulheres é a chave, principalmente se a gente conseguir dialogar”, nas palavras do médico João Paulo.

A mulher, ele diz, precisa estar ciente de seu papel. “As mulheres precisam saber que de forma alguma podem ser tratadas de maneira desrespeitosa. Empoderar as mulheres é o primeiro passo”.

Não pode faltar informação e, com ela, consciência. “Elas precisam saber o que está acontecendo. Os grupos de gestantes, onde a mulher senta e conversa, são fundamentais”, diz Ana Carolina.

E todo o engajamento precisa vir amparado pelo poder público. O Ministério da Saúde tem portarias e projetos que instituem a humanização. A criação de Centros de Parto é uma das diretrizes.

O sistema de saúde precisa de reformulação. A inserção das enfermeiras obstétricas e das obstetrizes na rede, como responsáveis pelo parto, é uma das principais sugestões dos especialistas.

“O médico irá atuar caso haja uma complicação”, afirma a ginecologista Flávia Maciel.

Melhorar a estrutura dos hospitais e a condição de trabalho dos profissionais também está na lista. A humanização deve fazer parte da formação do médico. E, principalmente, é preciso entender que cada mulher é única.

“A individualidade talvez seja a coisa mais difícil para o sistema de saúde incorporar. A gente entende que é preciso procedimentos de rotina, mas também é preciso respeitar as escolhas de cada uma”.



O médico João Paulo Dias de Souza, da Faculdade de Medicina da USP, participou do estudo (Foto: Mastrangelo Reino/A Cidade)

Medidas

Para o Ministério da Saúde, o grande marco do enfrentamento à violência obstétrica foi o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, lançado em 2000, conforme nota enviada ao A Cidade.

Outras iniciativas importantes do Governo Federal foram a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, em 2004, o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, lançado em 2000 e a estratégia Rede Cegonha, em 2011.

O Ministério da Saúde também tem adotado medidas para reduzir o número de cesáreas desnecessárias, como a exigência do partograma da mulher, com relatório justificando a cesárea.

A Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto informou que cumpre todas as medidas determinadas pelo Ministério da Saúde e realiza cerca de 3500 consultas mensais de gestantes nas 46 unidades de saúde da cidade, sendo que 500 delas são novas gestações.

A Saúde diz que disponibiliza grupos de gestantes em 25 locais.

Os relatos mostram, porém, que ainda há muito mais a ser feito. A ginecologista Flávia tem expectativas. “O movimento da humanização é sem volta. Até porque do jeito que está não tem como piorar”.

VIOLÊNCIA NO PARTO

O que diz a legislação?

- A mulher tem direito a acompanhante, em tempo integral
- Mãe e bebê devem ficar juntos, a não ser quando há necessidade de encaminhamento para UTI
- A mulher pode comer durante o trabalho de parto
- A privacidade deve ser respeitada
- A mulher pode escolher a posição em que se sente mais confortável para parir
- O contato pele a pele entre mãe e bebê logo após o nascimento deve ser realizado
- O cordão umbilical só deve ser cortado após parar de pulsar (exceto quando a mãe é portadora de HIV)
- A equipe médica deve estimular a amamentação na primeira hora de vida
- Os procedimentos de rotina do recém-nascido (pesagem, exame físico, vacinação) não devem ser feitos na primeira hora de vida
- A instituição deve oferecer métodos alternativos de analgesia (como bolas, massagens, etc)
- A mulher deve ser informada e questionada sobre todos os procedimentos a serem realizados antes, durante e depois do parto

Portarias que dispõem sobre a humanização e rede de atendimento ao parto:

Nº 371, DE 7 DE MAIO DE 2014

Nº 904, DE 29 DE MAIO DE 2013

Nº 11, DE 7 DE JANEIRO DE 2015

Daniela Penha

Acesse no site de origem: [Informação e união: as armas das mulheres contra a violência no parto \(A Cidade, 23/08/2015\)](#)

Organizações cobram 2ª etapa da consulta pública para Marco Civil

(FNDC, 15/06/2015) Documento enviado ao ministro da Justiça pede disponibilização da minuta do decreto que regulamentará o Marco Civil da Internet para consulta pública

Um grupo de organizações da sociedade civil protocolou carta ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reivindicando abertura de consulta pública para que a sociedade possa opinar sobre o texto do decreto que regulamentará o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) antes de sua publicação. Embora o governo tenha aberto processo público para receber propostas da sociedade, no início do primeiro semestre, é fundamental que apresente a minuta quando esta etapa de sistematização terminar.

Renata Mielli, secretária-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Mídia (FNDC) e do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, também signatário da carta enviada ao ministro, critica a abertura do processo público, pelo governo, também para a sistematização das propostas recebidas. “Não cabe à sociedade civil sistematizar todas as contribuições. Primeiro, porque não há uniformidade nas propostas de cada entidade. Segundo, porque quem tem condição de elaborar minutas de decreto são os escritórios das grandes empresas privadas e não a sociedade civil”, observa.

A advogada Flávia Lefèvre, conselheira da associação de consumidores Proteste e representante do 3º setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), também vê criticamente a iniciativa do Ministério da Justiça. “As grandes empresas de telecomunicações não só dominam os meandros técnicos das questões colocadas na regulamentação como também têm dinheiro para contratar quem redija minutas de decreto para eles, o que não é o caso da sociedade civil”.

Já Bia Barbosa, secretária de Comunicação do FNDC e coordenadora-geral

do Coletivo Intervezes, não vê problemas na participação da sociedade também na sistematização das propostas. Para ela, quanto mais propostas, mais democrático é o processo. “O que o governo não pode deixar de garantir, além da inclusão das propostas recebidas na primeira fase do debate público, é que a sociedade possa tomar conhecimento do texto do decreto para poder opinar sobre ele antes de sua publicação. Entendemos que colocar a minuta em consulta é garantir uma etapa fundamental do processo de consulta da regulamentação”.

Regulamentação

A Lei 12.965/14 entrou em vigor há mais de um ano (em abril de 2014). Sua regulamentação tratará de pontos como a neutralidade da rede e os procedimentos de segurança que as empresas devem adotar com os dados dos usuários. Outros temas que merecem esclarecimentos poderão ser regulamentados para garantir sua efetividade, como a previsão de ações de governo para atingir os objetivos estabelecidos no Marco Civil.

Leia a íntegra da carta

Ao

Excelentíssimo Senhor José Eduardo Cardozo

Ministro da Justiça da República Federativa do Brasil

São Paulo, 10 de junho de 2015

Assunto: CONSULTA PÚBLICA DO TEXTO CONSOLIDADO DO DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DO MARCO CIVIL DA INTERNET

Senhor Ministro,

Somos um grupo de organizações da sociedade civil, especialistas em tecnologia e ativistas comprometidos com a defesa da liberdade e de direitos na Internet. Consideramos importante a iniciativa deste Ministério em abrir processo participativo também para a sistematização da minuta do decreto, porém entendemos que ele não substitui a realização de uma segunda fase de consulta pública, a partir de texto de decreto já consolidado. Aguardamos

que, ao fim do trabalho de análise e redação a ser realizado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o texto esteja disponível em uma plataforma on-line para uma última análise da sociedade, assim como ocorreu com o projeto do Marco Civil antes de ser enviado ao Congresso Nacional.

Participamos ativamente do processo de aprovação do Marco Civil da Internet, além das consultas públicas sobre a regulamentação da lei. Portanto, pedimos a Vossa Excelência que viabilize a abertura da íntegra da minuta de decreto, com a consolidação das contribuições públicas e faça uma nova rodada de debates públicos similares ao previamente adotado.

A garantia de tal ação não só é importante para que se possa identificar e apontar eventuais incongruências no texto do decreto, bem como seria necessário e oportuno para consolidar toda a metodologia participativa implementada no processo democrático adotado para a formulação, tramitação e regulamentação do Marco Civil da Internet, inclusive para identificação das sugestões captadas na primeira fase já incorporadas no texto da minuta do decreto.

Subscrevem,

Actantes

Artigo 19

ASL - Associação Software Livre

Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

Clube de Engenharia

Coletivo Digital

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Hack Agenda

IBIDEM - Instituto Beta para Internet e a Democracia

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Instituto Bem Estar Brasil

Instituto Telecom

Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Movimento Mega

Acesse no site de origem: [Organizações cobram 2ª etapa da consulta pública para Marco Civil \(FNDC, 15/06/2015\)](#)

Você está em relacionamento abusivo? Grupo cria site com informações para possíveis vítimas

O seu relacionamento é abusivo? Tendo como base o conteúdo do projeto americano loveisrespect.org, um grupo de meninas criou o [Livro de Abuso](#), uma rede de informação sobre a dinâmica do abuso em relacionamentos íntimos. Em seu site, você encontra informações sobre os diferentes tipos de abuso, as formas de se proteger caso esteja em um relacionamento nocivo e as maneiras de ajudar outras pessoas que estejam nessa situação.

Apesar de todas as pessoas poderem ser vítimas ou perpetradoras de abuso em um relacionamento, os números deixam claro que as mulheres, principalmente as jovens entre 16 e 24 anos, são as maiores vítimas desse tipo de violência. No Brasil, mais de metade dos homens brasileiros de todas as classes sociais já cometeram algum tipo de agressão contra uma parceira. Nos EUA, 43% das universitárias já foram vítimas de abuso físico, emocional ou verbal, e 16% já foram vítimas de abuso sexual por um parceiro.

Entendendo então que o abuso em relacionamentos é uma faceta comum da violência de gênero, o Livro de Abuso foca sua atenção nas mulheres, tomando o cuidado, por exemplo, de generalizar seus textos no feminino. Isso não significa, porém, que pessoas que se identificam com outros gêneros, em relacionamentos heterossexuais ou entre pessoas LGBT, não possam se beneficiar das informações disponibilizadas no site.

Para conhecer o projeto, acesse seu site ou sua página no Facebook:

www.livredeabuso.com.br

www.fb.com/livredeabuso

Frente Nacional Pela Legalização do Aborto lança panfleto informativo

(Portal Fórum, 22/05/2015) A Frente Nacional Pela Legalização do Aborto é formada por diversas instituições e coletivos feministas do Brasil; sua proposta é promover a conscientização a respeito da questão do aborto e lutar pela conquista do aborto legal, seguro e gratuito para todas as mulheres.

Como o próximo dia 28 de Maio é o Dia Internacional da Luta Pela Saúde da Mulher, a Frente produziu um folheto informativo que tira dúvidas básicas e derruba vários mitos a respeito do aborto. Entre os temas abordados, o folheto menciona que o número de abortos realizados costuma diminuir quando o procedimento é legalizado no país, tendo como exemplo o Uruguai, Cuba e e outros. Fica evidente que a legalização do aborto é a única opção viável e realmente efetiva para a saúde pública das mulheres.

Leia o texto do material:

“Aborto não deve ser crime

Neste dia de luta denunciemos a situação de saúde das mulheres que praticam aborto clandestino e que, ao chegarem aos hospitais com infecções e hemorragias, são maltratadas e denunciadas por profissionais de saúde, tendo o sigilo violado.

Nenhuma mulher faz aborto porque gosta. Um aborto acontece porque, naquele momento da vida, é a única saída frente a uma gravidez indesejada. Todo mundo conhece uma pessoa que já precisou fazer aborto, seja parente, colega de trabalho, vizinha ou amiga. O aborto é uma realidade na vida das mulheres. No Brasil, o aborto é considerado crime (de acordo com nosso Código Penal, de 1940), exceto quando a gravidez é resultado de estupro, causa risco de vida à mulher ou quando o feto tem má-formação que não o deixa sobreviver depois que nasce (anencefalia). Por isto, muitos abortos são feitos e forma clandestina

. As mulheres que têm dinheiro tomam a decisão e fazem de forma tranquila, segura e sem risco a sua saúde. As mulheres pobres e negras, do campo e das periferias das cidades, fazem o aborto com métodos mais perigosos, o que pode afetar sua saúde e levá-las à morte. Muitas morrem à espera de atendimento de urgência nas longas filas dos serviços de saúde, onde são tratadas como criminosas. O Estado é negligente em ações efetivas que combatam essas mortes, que poderiam ser evitadas. A clandestinidade do aborto alimenta o mercado das clínicas que realizam de forma segura o procedimento mediante o pagamento de valores altos.

Propostas de regulamentação do aborto no Congresso

Há uma proposta no Senado Federal conhecida como SUG 15/2014 (Sugestão legislativa) que consiste em regulamentar o atendimento no SUS da interrupção voluntária da gravidez, dentro das 12 primeiras semanas de gestação. Isto é, as mulheres terem o direito a fazer aborto neste período da gravidez, se assim decidirem ou necessitarem.

Neste 28 de Maio, esta proposta está sendo debatida no Congresso Nacional, mas há muitos/as deputados/as e senadores/as conservadores/as lutando para que as mulheres não acessem esse direito. Acreditam que as mulheres são seres inferiores e irresponsáveis e que são incapazes de tomar decisões.

As mulheres, sim, têm o direito de decidir sobre seu corpo e sua via. Por isto é importante quebrar o silêncio sobre o tema do aborto, discutir nas ruas, nas universidades, no trabalho e se organizar em grupos de mulheres para defender nossos direitos. Este Congresso machista não nos representa!

As mulheres têm o direito de decidir se querem ou não ser mães. A maternidade não deve ser uma obrigação nem um castigo. Portanto, a legalização o aborto contribui para que as mulheres tenham autonomia para tomar uma decisão cujo significado elas conhecem mais do que ninguém.

É importante saber: 1) A legalização aumenta o número de abortos? Não.

Nos países em que a legalização veio acompanhada de educação sexual e acesso aos serviços de saúde e aos métodos anticoncepcionais, o número de abortos diminuiu.

2) O aborto é considerado crime em todo o mundo? Não.

Em mais de um terço dos países do mundo, especialmente nos chamados países desenvolvidos, o aborto é legalizado. Na América Latina, o aborto é permitido no Uruguai, Cuba, na cidade do México e na Guiana Francesa.

3) É verdade que a maioria das mulheres que fazem aborto são jovens e solteiras?

Na realidade, mulheres de todas as idades, casadas e solteiras, fazem aborto. Pesquisa realizada pela UnB (2007) demonstrou que a maioria das que abortam são casadas, mães, trabalham fora, têm, em média, de 20 a 29 anos, são católicas, com alguma escolaridade e decidem pelo aborto com o parceiro.

4) Com a legalização todas as mulheres vão fazer aborto? Não.

Fazer aborto pode ser uma decisão difícil para muitas mulheres, sem contar que, mesmo realizado de forma segura, o aborto é um procedimento médico que envolve consulta ginecológica, entrevistas com psicólogos/as, assistentes sociais. Além disso, o direito ao aborto não obriga ninguém a fazê-lo, cada uma decide a partir de seus valores e sua consciência. As que decidem pelo aborto devem ser respeitadas em sua decisão, sem correr risco de saúde, morte ou prisão.

5) É verdade que, se todas as mulheres tivessem acesso a métodos

contraceptivos, não precisariam da legalização do aborto?

Na realidade, a gravidez indesejada sempre existirá, porque os contraceptivos falham, seja pelo uso inadequado ou por falha do próprio método, seja porque, muitas vezes, as mulheres são obrigadas a ter relações sexuais com maridos ou namorados. Muitas vezes, os parceiros se negam a usar preservativos. Algumas religiões defendem o não uso de anticoncepcionais e preservativos, o que coloca as mulheres em risco de engravidar e de pegar doenças sexualmente transmissíveis, e esta é uma orientação que pode ser acatada, ou não, por quem professora fé e segue esses preceitos. Não deve ser imposto a todas as mulheres brasileiras, sobretudo às que não sguem religião, respeitando assim o princípio da laicidade do Estado brasileiro, que separa as decisões políticas da influências dos dogmas religiosos. E o serviço de saúde tem o dever de atender igualmente todas as mulheres com respeito, dignidade e justiça. Nenhum/a funcionário/a da rede pública de saúde tem o direito de impor seus valores e preceitos morais e religiosos durante o atendimento prestado no serviço.

6) Os grupos de mulheres que lutam pela legalização do aborto respeitam a vida? Sim!

- As mulheres são seres humanos com direito a tomar decisões sobre sua vida com autonomia;
- A criminalização não evita o aborto no Brasil. Aqui, são realizados cerca de 700 mil a um milhão de abortos por ano. Muitas mulheres vão parar no hospital com complicações para a saúde. Segundo o Ministério da Saúde, a prática do aborto inseguro é a quarta causa da morte materna;
- O movimento de mulheres entende que é inaceitável a morte de mulheres por aborto. O Estado tem que proporcionar todas as condições para que a mulher que decide pelo aborto possa fazê-lo no serviço público com segurança;
- Queremos o aborto legalizado no Brasil;
- Queremos o fim da criminalização e dos maus-tratos a mulheres em situação de abortamento nos hospitais;

- Exigimos que todos os hospitais no Brasil tenham equipes capacitadas para atender de forma humanizada as mulheres em situação de abortamento.”

Acesse no site de origem: [Frente Nacional Pela Legalização do Aborto lança panfleto informativo \(Portal Fórum, 22/05/2015\)](#)

Banda larga deve alcançar 95% da população até 2018, diz ministro

(Câmara Notícias, 29/04/2015) Ricardo Berzoini, das Comunicações, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, disse nesta quarta-feira (29) que a meta principal da pasta é alcançar 95% da população com internet de banda larga com velocidade média de 25 mbps (megabits por segundo) até 2018. Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, o ministro destacou que a velocidade da banda larga nas escolas públicas brasileiras poderá ser maior.

Leia mais: [O desafio da inclusão digital, editorial do jornal O Estado de S. Paulo \(O Estado de S. Paulo, 04/05/2015\)](#)

Conforme Berzoini, hoje todos os colégios urbanos têm conexão de internet, mas, devido à baixa velocidade, essa conexão só serve para os serviços administrativos da escola. Para efetivamente contribuir para o aprendizado dos alunos, ele afirmou que essa velocidade deve ser de 50 a 100 mpbs. Essas metas deverão constar na nova etapa do Programa Banda Larga para Todos, que o governo “está finalizando”, segundo o ministro.

Questionado pelo deputado Bilac Pinto (PR-MG), Berzoini informou que os recursos para atingir esses objetivos virão tanto de parcerias público-privadas quanto do orçamento, porém admitiu que o orçamento da pasta está muito restrito no momento. O deputado José Rocha (PR-BA), que solicitou o debate, pediu prioridade para o Nordeste no programa de banda larga nas escolas.

TV digital

Berzoini também informou que a meta do ministério é concluir o processo de digitalização da televisão brasileira até 2018. Ele admitiu, no entanto, que, “se for necessário, o cronograma poderá ser dilatado”, respondendo a questionamento do deputado Sandro Alex (PPS-PR).

O ministro garantiu que o acesso ao conversor para adaptar a televisão analógica ao sinal digital será gratuito para as 14 milhões de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. O ministério ainda vai decidir que tipo de conversor será entregue a essas famílias, mas, segundo ele, a ideia é que esse aparelho possibilite a interatividade plena, com a interação do cidadão com serviços públicos, por exemplo.

Outra meta do ministério é a “modernização radical” dos processos de concessão de outorgas de rádio e TV. Hoje alguns processos duram até 12 anos. “Queremos desburocratizar e simplificar essas licenças”, salientou o ministro.

Qualidade da telefonia

Berzoini ressaltou ainda que a Lei Geral das Antenas (13.116/15), aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, vai ajudar a melhorar a qualidade dos serviços de telefonia celular e de internet móvel 3G e 4G. “Um dos principais problemas era a demora para os municípios concederem licenças para a instalação de antenas. Essa lei vai agilizar o processo”, argumentou.

O ministro acrescentou que uma quantidade significativa de multas às empresas de telefonia celular tem sido aplicadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), como forma de alavancar a qualidade.

Revisão do modelo

Ele também defendeu o início de uma discussão, com participação do Congresso, para avaliar uma possível atualização do modelo das concessões de telefonia fixa, instituído nos anos 1990. O ministro destacou que a demanda maior atualmente é por serviços móveis.

“A tendência no médio prazo é que a telefonia fixa perca receita e interesse. Portanto, toda essa infraestrutura tem de ser utilizada também para alavancar a qualidade da telefonia móvel e da banda larga”, comentou Berzoini. “Temos que saber se, no conjunto das políticas de estado, a legislação em vigor está ajudando ou atrapalhando o sistema”, completou.

Reportagem - Lara Haje; Edição - Marcelo Oliveira

Acesse no site de origem: [Banda larga deve alcançar 95% da população até 2018, diz ministro \(Câmara Notícias, 29/04/2015\)](#)

Número de mulheres estudando na área das TIC cai para 20%, revela agência da ONU

(ONU Brasil, 23/04/2015) Com um futuro déficit previsto de 2 milhões de profissionais no mercado, as mulheres hoje representam apenas 20% das estudantes nesta área; um número inferior ao dos anos 80.

A cada ano, o número de mulheres que escolhem carreiras em tecnologias da informação e comunicação (TIC) diminui. As estudantes hoje contabilizam menos de 20% do total de alunos matriculados nestes cursos. Uma cifra muito inferior àquelas 40% que frequentavam a universidade em 1980, quando os primeiros cursos de ciência da computação surgiram, segundo

dados de países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OECD).

Com o objetivo de promover mais adesão das mulheres a esta especialidade, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) comemora, nesta quinta-feira (23), o Dia das Meninas nas TIC. O evento anual planeja chamar a atenção de meninas e jovens estudantes para carreiras e estudos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática. A comemoração deste ano contará com 3.500 eventos organizados em 140 países, alcançando mais de 111 mil meninas.

Além de conter o declínio global de mulheres nesta área de trabalho, a iniciativa visa contribuir para diminuir o déficit de pelo menos 2 milhões de oportunidades em TIC previstas para ficarem vagas em decorrência da falta de mão de obra qualificada. A brecha de gênero nas universidades também se reflete no campo profissional, onde, na Europa, apenas 9% das mulheres desenvolvem aplicativos e 19% ocupam posições de gerência em TIC, comparado a outras 45% em outros setores de serviço.

“As TIC são um campo emocionante, que cresce rapidamente, oferecendo oportunidades de trabalho interessantes, importantes e bem pagas”, disse o secretário-geral do UIT, Houlin Zhao. “Uma carreira em TIC permite as mulheres usar sua criatividade, trabalhar em ambientes internacionais e participar na construção do futuro. Com 95% dos trabalhos agora contando com um componente digital, habilidades nesta área não são apenas uma vantagem, mas algo essencial.”

Acesse no site de origem: [Número de mulheres estudando na área das TIC cai para 20%, revela agência da ONU \(ONU Brasil, 23/04/2015\)](#)